

Funções desempenhadas:

Na administração central — Direcção-Geral de Viação:

- Desde 3 de Janeiro de 2005 vem dirigindo a Divisão de Condutores da Direcção Regional de Viação do Centro;
- De meados de Janeiro de 2004 até 31 de Dezembro de 2004 desempenhou funções de coordenação das equipas da DRVC, onde se incluem as das Delegações de Viação de Castelo Branco, Guarda e Viseu, a quem são cometidas funções de fiscalização a escolas de condução;
- Participação em reuniões com a equipa de projecto do sistema de informação do condutor e de emissão de títulos de condução;
- Elemento integrante da equipa nomeada para implementação de um projecto-piloto de qualidade nos serviços da DRVC, com vista à melhoria contínua;
- Desenvolveu acções de fiscalização a escolas de condução tanto na área de jurisdição da DRVC como de âmbito nacional, elaborando relatórios circunstanciados, instaurando os competentes autos de contra-ordenação e propondo formas de actuação face às irregularidades detectadas;
- Tem sido nomeada elemento de júri de concursos que correm termos na DGV, bem como para recrutamento de pessoal para a Loja do Cidadão de Coimbra;
- Em 1999 foi nomeada membro de júri de exames de subdirectores;
- Instrutora nomeada em processos de averiguações e processos disciplinares.
- Emissão de pareceres técnico-jurídicos sobretudo na área de condutores, bem como apreciação de processos de alteração ao pacto social, transmissões de propriedade *inter vivos* e *mortis causa* e mudança de instalações de escolas de condução;
- Apreciação de cursos de formação de subdirectores e instrutores;

Na administração local — Câmara Municipal de Montemor-o-Velho:

- Participava na elaboração dos planos de actividades, orçamentos, relatórios de actividades e contas de gerência municipais;
- Análise de processos de transportes escolares, participando nas reuniões do conselho consultivo de transportes escolares;
- Desenvolveu funções num gabinete de gestão entretanto criado no município, elaborando trabalhos de planeamento na área de recursos humanos e na área financeira, designadamente quanto à capacidade de endividamento do município;
- Instrução de processos de contra-ordenação;
- A partir de 1 de Fevereiro de 1999 passou a desenvolver funções na Divisão de Estudos e Planeamento, prestando pareceres técnico-jurídicos sobre processos de obras particulares.

Formação académica e profissional:

- Licenciatura em Direito, pela Universidade de Direito de Coimbra;
- Diplomada com o curso de Administração Autárquica — 4.º curso;
- Frequência de várias acções de formação, subordinadas aos temas — «Imposto sobre o valor acrescentado», «Aplicação do IVA às autarquias locais», «Folha de cálculo e gráficos», «Processamento de texto avançado», «Internet», «Windows 95», «Word», «Notariado privativo municipal», «Nova contabilidade autárquica», «Financiamento da actividade municipal», «Novo regime de licenciamento municipal — Loteamentos urbanos e Código das Expropriações», «Regime Geral das Contra-Ordenações», «Segurança e legislação rodoviária», «Fiscalização a centros de exame e sistema multimédia de exames de condução», «Auditoria e controlo interno», «O direito disciplinar na Administração Pública», «A Administração Pública e o seu regime jurídico», «Código do Procedimento Administrativo», «Intranet/Internet», «Gestão da qualidade nos serviços públicos», «CAF — Estrutura comum de avaliação da qualidade das Administrações Públicas da UE», «Desenvolvimento de competências de fiscalização na área de inspecção de veículos, escolas de condução e centros de exames» (1.º e 2.º módulos).

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA DEFESA NACIONAL, DA JUSTIÇA, DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR.

Despacho conjunto n.º 350/2005. — Nos termos das disposições conjugadas do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2005, de 11 de Maio, e do artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, são nomeados:

- a) António Luís Ferreira do Amaral, tenente-general do Exército, para exercer, em comissão normal, as funções de director nacional da Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais 2005;
- b) Amândio José de Oliveira Torres, assessor do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, para exercer as funções de director nacional-adjunto da Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais 2005.

O presente despacho produz efeitos desde 11 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho (extracto) n.º 11 667/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Maio de 2005:

Maria Emília Meira da Cruz, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal privativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo — nomeada definitivamente, precedendo concurso e obtida confirmação de declaração de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, indo ocupar o lugar deixado vago pela candidata classificada em 2.º lugar e que foi abatida à lista de classificação final dos candidatos ao concurso (quota externa), por desistência da mesma. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Maio de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Ermelinda Carrachás*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho conjunto n.º 351/2005. — Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 331/88, de 27 de Setembro, pode ser concedido um subsídio de residência ao secretário-geral que, à data da nomeação, não tenha residência permanente no local em que estejam sediados os respectivos serviços ou organismos ou numa área circundante de 100 km.

É o caso do secretário-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Dr. João Filipe Chaveiro Libório, que foi autorizado, em 11 de Abril de 2005, a reatar a comissão de serviço que se encontrava suspensa desde 8 de Abril de 2002 e para a qual havia sido nomeado em 30 de Julho de 1999.

Assim, determina-se:

1.º É atribuído ao secretário-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Dr. João Filipe Chaveiro Libório, um subsídio mensal de residência no montante de 50% do

valor das ajudas de custo estabelecidas para os vencimentos superiores ao índice 405 da função pública.

2.º O disposto no número anterior produz efeitos desde 11 de Abril do corrente ano.

10 de Maio de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 668/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho, exonero, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, o tenente-general António Luís Ferreira do Amaral do cargo de comandante operacional das Forças Terrestres por ir desempenhar as funções de director nacional da Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais 2005.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Maio de 2005.

11 de Maio de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Aviso n.º 5379/2005 (2.ª série). — Faz-se pública a relação nominativa do pessoal nomeado do Arsenal do Alfeite (promoções do pessoal dos armazéns e ferramentarias), elaborada nos termos da alínea a) do n.º 4.º da Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro, aprovada por despacho do administrador do Arsenal do Alfeite de 29 de Abril de 2005:

N.º 3393, Gil Manuel Pereira Costa, fiel principal do nível 6 — promovido a encarregado do nível 2, para vigorar a partir de 1 de Setembro de 2004. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Maio de 2005. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime B. Figueiredo*.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Sargentos e Praças

Despacho n.º 11 669/2005 (2.ª série). — Por despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças, da Direcção do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, foram promovidos ao posto de primeiro-marinheiro, em regime de contrato, da classe de manobras, ao abrigo do n.º 6 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), os seguintes militares:

9330103, segundo-marinheiro M RC Joel Alexandre Cunha Rodrigues.
9315203, segundo-marinheiro M RC Daniel das Dores Domingues.
9319403, segundo-marinheiro M RC David Manuel Pereira Rosa.
9330003, segundo-marinheiro M RC João Manuel Gomes da Silva.
9325703, segundo-marinheiro M RC Bruno Tiago Abelho Tomaz.
9313303, segundo-marinheiro M RC Nuno Alexandre Pereira Graça.
9328703, segundo-marinheiro M RC Fábio Daniel Pereira Pinhal.
9321903, segundo-marinheiro M RC Roberto Carlos de Barros Carvalho.

501702, segundo-marinheiro M RC Adam Eve Ferreira.
9328803, segundo-marinheiro M RC Vítor Hugo Sousa Santos.
404902, segundo-marinheiro M RC Rui Manuel Borba da Silva.
9315503, segundo-marinheiro M RC Paulo Ricardo Rebelo Gomes.
508802, segundo-marinheiro M RC Vítor Manuel Lemos da Cunha.
9316803, segundo-marinheiro M RC Sérgio Manuel Coelho do Nascimento.
9318503, segundo-marinheiro M RC Iúri Alexandre de Almeida Lavado.

9322603, segundo-marinheiro M RC Ricardo João Santinho Gondim.
9311003, segundo-marinheiro M RC Rodrigo Gomes de Oliveira.
9326603, segundo-marinheiro M RC Emanuel Correia Afonso.
102103, segundo-marinheiro M RC Carlos Rafael Nascimento dos Santos.
9318703, segundo-marinheiro M RC Pedro Gonçalo da Silva Teixeira.
9329103, segundo-marinheiro M RC Francisco José Pereira Faustino.

Promovidos a contar de 15 de Março de 2005.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9314402, primeiro-marinheiro M RC André Feliciano Silvério, pela ordem indicada.

4 de Maio de 2005. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 11 670/2005 (2.ª série). — Por despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças, da Direcção do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, são promovidos ao posto de segundo-marinheiro, em regime de contrato (RC), da classe de condutores de máquinas, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), os seguintes militares:

9315304, primeiro-grumete CM RC Hélder Manuel Rosa Cavaco.
407303, primeiro-grumete CM RC Licínio Moreira Mendes.
9318404, primeiro-grumete CM RC Ricardo Jorge Lopes Nunes.
9313204, primeiro-grumete CM RC João Vítor da Silva Sousa.
9307104, primeiro-grumete CM RC David Emanuel Pinto Fernandes.
9312804, primeiro-grumete CM RC Bruno Manuel Valadas Faustino.
9310104, primeiro-grumete CM RC Gonçalo José dos Reis Fernandes.
9314204, primeiro-grumete CM RC Tiago Miguel Soares Medina.
9305304, primeiro-grumete CM RC Jorge Manuel Gomes Silva.
9304704, primeiro-grumete CM RC Rodrigo da Cunha Mendes.
9307304, primeiro-grumete CM RC José Miguel Almeida Santos.
9301604, primeiro-grumete CM RC Marisa Isabel Augusto Gomes.
9300404, primeiro-grumete CM RC Vera Carina Costa Bento.
9300304, primeiro-grumete CM RC Cristina Isabel Vieira Carvalho.
9316704, primeiro-grumete CM RC António Manuel dos Santos Simões.
9310004, primeiro-grumete CM RC Ricardo Jorge de Oliveira Costa.
9317404, primeiro-grumete CM RC Rúben Paiva Escoval.
9314904, primeiro-grumete CM RC Floriano Delphino Sena de Caires.
9305004, primeiro-grumete CM RC Filipe Alexandre Carrilho Raposo.
9304304, primeiro-grumete CM RC João Manuel Carvalho Dias.
9308104, primeiro-grumete CM RC Hugo Alexandre Barbosa de Almeida.
407703, primeiro-grumete CM RC Carlos Eduardo Fernandes Branco Ferreira.
9307404, primeiro-grumete CM RC Paulo Fernando Rocha de Sá.
9316504, primeiro-grumete CM RC Adriano José Barroso Pica.
405803, primeiro-grumete CM RC Gil Custódio Rocha dos Reis.

Promovidos a contar de 26 de Abril de 2005.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9345303, segundo-marinheiro CM RC José Carlos Carujo Catronas, pela ordem indicada.

5 de Maio de 2005. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 11 671/2005 (2.ª série). — Por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal e dando execução ao douto acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Novembro de 2004, que anulou o despacho de 17 de Junho de 1996 do chefe da Repartição de Sargentos e Praças da Direcção do Serviço de Pessoal por falta de fundamentação, decidido, em sua substituição, o seguinte:

1 — Promover o 706861, sargento-chefe da classe de manobra Manuel José Cristeta Furtado, e o 747961, sargento-chefe da classe manobra Joaquim Machado de Oliveira, ao posto de sargento-mor da mesma classe, a contar de 1 de Janeiro de 1996, ao abrigo da alínea a) do artigo 297.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 27/91, de 17 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho. Estes militares foram dispensados de satisfazer a condição especial de promoção prevista na alínea a) do artigo 20.º do citado Decreto-Lei n.º 34-A/90, em conjugação com o artigo 299.º, n.º 1, do EMFAR (tempo mínimo global no posto de sargento), ao abrigo do n.º 1 do artigo 198.º do EMFAR.

2 — Apesar de ser mais antigo do que os militares supramencionados, o 55159, sargento-chefe da classe de manobra José Joaquim Amaral, não preenche a condição especial do tempo mínimo global